

Segunda-feira

Teresina, 28 de março de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS,
VIDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

■ GESTÃO PÚBLICA

Municípios gastam mais com pessoal do que com serviços

Segundo APPM, por falta de recursos, mais da metade dos municípios descumpra a Lei de Responsabilidade Fiscal

LUCIANO COELHO
REPÓRTER DE POLÍTICA

Levantamento da Associação Piauiense de Municípios (APPM) aponta que mais de 50% dos prefeitos dos 224 municípios no Piauí estão acima do limite prudencial com gastos de pessoal determinado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Mais de 115 prefeitos usaram verba pública no pagamento de servidores acima do permitido pela lei. De acordo com o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), várias cidades estão em estado de alerta porque estão quase ultrapassando o limite permitido por lei.

A causa, na maioria das vezes, é a folha de pagamento inchada com servidores comissionados e prestadores de serviço. Por exemplo, o município de José de Freitas, a 50 quilômetros ao norte de Teresina, tem a folha de pagamento inchada e os serviços básicos comprometidos porque a prefeitura está gastando mais com pagamento de servidores do que com serviços ou investi-



OS PREFEITOS têm dificuldades por que tem que administrar a folha de pagamento ao invés do município

mentos. O prefeito Josiel Batista (PSDC) extrapolou os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e está tendo que demitir pessoal para tentar se adequar a legislação.

Como José de Freitas, existem vários municípios piauienses extrapolando a LRF que já foram notificados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) e respondem a ações de improbidade propostas pelo Ministério Público Estadual (MPE). A Lei de responsabilidade fiscal foi criada para dar transparên-

cia aos gastos públicos. No entanto, a legislação tem sido desrespeitada por muitos gestores. Os municípios de Ilha Grande e Redenção do Gurguéia, por exemplo, gastaram mais 71% de suas receitas com pagamento de servidores, o que é proibido por lei.

Segundo Arinaldo Leal, presidente da APPM, os programas do governo federal estão impactando na folha de pagamento, levando os municípios a ultrapassar a lei, principalmente o PSF (Programa Saú-

de da Família). “Queremos sensibilizar o TCE e outros órgãos de controle de que a maioria dos prefeitos não fez nenhuma ação para ultrapassar esse limite, sendo decorrente da implantação ou correção financeira desses programas e dos pisos, sem nenhum aumento no valor dos repasses constitucionais. Assim, a conta não fecha e um gestor honesto pode sofrer as sanções penais”, explicou o presidente da Associação dos Municípios.

Foto: Divulgação

Terça-feira

Teresina, 29 de março de 2016



DIÁRIO

do Povo do Piauí

ENVIE DENÚNCIAS, FOTOS, VÍDEO E SUGESTÕES DE PAUTA.

WhatsApp
(86) 98121-9514

Não esqueça de se identificar.

TCE aprova contas de Wilson Martins com ressalvas

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou com ressalvas, durante sessão extraordinária ontem, a prestação de contas do ex-governador Wilson Martins (PSB), referente ao exercício de 2012. O relator foi o conselheiro Kennedy Barros Araújo, que se manifestou pela emissão de parecer prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas de Governo.

O parecer seguiu o relatório do Ministério Público de Contas (MPC), que recomendou a aprovação das contas, embora apontando falhas na documentação fornecida pelo Governo do Es-



Foto: Divulgação

EX-GOVERNADOR Wilson Martins

tado. Essas falhas dizem respeito à inobservância de determi-

nação legal quanto ao número de cargos comissionados e não aplicação de recursos previstos em lei nas áreas de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, entre outras. Segundo o relatório do MPC, as falhas foram sanadas ou não tiveram potencial para provocar a rejeição das contas, merecendo, no entanto, recomendação para a adoção de providências pelo Estado para correção.

Por outro lado, o relatório aponta aplicação de percentuais acima do que manda a lei em áreas essenciais, como saúde e educação. Em saúde, foram aplicados 13,15%, acima do li-

mite constitucional de 12% das receitas de impostos e dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Na educação, por sua vez, foram aplicados 25,92% das receitas estaduais, acima do mínimo de 25% determinado em lei.

Em seu parecer, o conselheiro-relator Kennedy Barros também votou pela comunicação ao atual governador do Estado para que adote as recomendações contidas no parecer do MPC, a fim de que as falhas detectadas sejam corrigidas, e também pela remessa de cópias dos autos à Assembleia Legislativa.

MUNICÍPIOS

Prefeitos em crise querem flexibilizar a LRF

Os prefeitos estão procurando o Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) para tentar explicar as infrações à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pedir flexibilidade do órgão na análise das contas das prefeituras. Alguns prefeitos confirmam que a folha de pagamento está inchada, mas em consequência de concursos públicos feitos por seus antecessores. "Não podemos demitir efetivos. Já reduzimos custos, mas não é suficiente, por causa da queda nos repasses", comentou o prefeito de Murici dos Portelas, Ricardo Sales, que é presidente da Associação dos Municípios da Planície Litorânea.

A maioria dos prefeitos já foi notificada pelo TCE-PI das

infrações à LRF. "Já fizemos cortes de comissionados, de prestadores de serviços, cortamos as gratificações e cortamos nos nossos próprios salários. E agora, o que devemos fazer?", questionou o prefeito. Ricardo Sales afirmou que a situação dos municípios está caótica. "Tem uma queda constante

nos repasses constitucionais. Precisamos encontrar um denominador comum nessa fórmula, porque, mesmo sem contratar, a folha de pagamento está alta, por causa do aumento do salário mínimo, do reajuste

dos pisos salariais de professores e dos agentes comunitários de saúde, e isso levou os prefeitos a essa situação", justificou.

De acordo com o prefeito, em muitos municípios ainda é possível se adequar à LRF cortando os comissionados, mas na maioria tem que fazer um estudo de caso, porque não é possível cumprir a lei. "O prefeito tem que sentar com o TCE e mostrar que ele não é o culpado disso. O caso do meu município, Murici dos Portelas, eu herdei uma folha inchada dos

meus antecessores. Tenho muitos servidores e poucas lotações", argumentou Ricardo Sales, dizendo que houve uma onda de concursos públicos e isso inchou a folha.

Ele disse que muitos não podem investir no município, porque não tem recursos. "Ele tem que manter o pagamento da folha em dia, senão a economia do município entra em colapso. Hoje, 70% dos municípios sobrevivem exclusivamente dos repasses do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). Se não pagar em dia, não tem como manter a economia da cidade. O que alimenta o mercado local é o pagamento dos salários do funcionalismo", analisou o prefeito. (LC)

**PREFEITO DIZ
QUE A SITUAÇÃO
DA MAIORIA DOS
MUNICÍPIOS DO
PIAÚI É CAÓTICA**

Líder em credibilidade



Teresina, Piauí, Terça, 29 de Março de 2016

R\$ 2,00 | NACIONAL R\$ 4,00 | ANO 65 - Nº 18.367

Fechamento 20h | 30 páginas

Roda Viva

Da equipe -> jornal@portalodia.com

Contas aprovadas

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou com ressalvas a prestação de contas do governador Wilson Martins (PSB), referente ao exercício de 2012, durante sessão extraordinária nesta segunda-feira (28). O relator foi o conselheiro Kennedy Barros Araújo, que se manifestou pela emissão de parecer prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas de Governo.



TEMPO
Nascer: 5h54
Poente: 17h58
Máxima: 31°
Mínima: 24°

CAPITAL E INTERIOR: R\$ 2,00
OUTROS ESTADOS: R\$ 2,50

JORNAL meio norte

ANO XXI - Nº 8649 - TERESINA (PI), TERÇA-FEIRA, 29 DE MARÇO DE 2016



COLUNA

Opinião

DA REDAÇÃO

APROVADO – I

O TCE-PI aprovou ontem, com ressalvas, a prestação de contas do governador Wilson Martins referente ao exercício de 2012. O relator foi o conselheiro Kennedy Barros, que se manifestou pela aprovação. O parecer seguiu o relatório do Ministério Público de Contas, que recomendou a aprovação, embora apontando falhas na documentação fornecida pelo Governo.

APROVADO – II

Entre as falhas na prestação de contas de Wilson Martins está a inobservância de determinação legal quanto ao número de cargos comissionados e não aplicação de recursos previstos em lei nas áreas de desenvolvimento da pesquisa. Segundo o relatório do MPC, as falhas foram sanadas ou não tiveram potencial para provocar a rejeição das contas do Governo em 2012.

RETOMADA

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semar) liberou licença prévia para a construção da Barragem de Castelo, em Castelo do Piauí. Segundo o deputado estadual Antônio Félix, a obra tem recursos assegurados no PAC 2, desde o governo Wilson Martins. Mas, por inconsistência do projeto, foi cancelada pelo TCE. Agora, depois de resolvidos os entraves, a obra se vislumbra.



Parecer seguiu MPC - 28/03/2016 às 15h08

TCE-PI aprova com ressalvas a prestação de contas de Wilson Martins

 Curtir

0

 Tweet

 G+

0

 Compartilhar

 

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou com ressalvas a prestação de contas do governador Wilson Martins (PSB), referente ao exercício de 2012, durante sessão extraordinária nesta segunda-feira (28). O relator foi o conselheiro Kennedy Barros Araújo, que se manifestou pela emissão de parecer prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas de Governo.

O parecer seguiu o relatório do Ministério Público de Contas (MPC), que recomendou a aprovação das contas, embora apontando falhas na documentação fornecida pelo Governo do Estado. Essas falhas dizem respeito à inobservância de determinação legal quanto ao número de cargos comissionados e não aplicação de recursos previstos em lei nas áreas de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, entre outras.

Segundo o relatório do MPC, as falhas foram sanadas ou não tiveram potencial para provocar a rejeição das contas, merecendo, no entanto, recomendação para a adoção de providências pelo Estado para correção. Por outro lado, o relatório aponta aplicação de percentuais acima do que manda a lei em áreas essenciais, como saúde e educação. Em saúde, foram aplicados 13,15%, acima do limite constitucional de 12% das receitas de impostos e dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Na educação, por sua vez, foram aplicados 25,92% das receitas estaduais, acima do mínimo de 25% determinado em lei. Em seu parecer, o conselheiro-relator Kennedy Barros também votou pela comunicação ao atual governador do Estado para que adote as recomendações contidas no parecer do MPC, a fim de que as falhas detectadas sejam corrigidas, e também pela remessa de cópias dos autos à Assembleia Legislativa.

Publicado Por: Carlos Eugênio

28/03/16, 12:38

Contas de Wilson Martins são aprovadas com ressalvas pelo TCE-PI

 Imprimir

 Curtir  Compartilhar 7

 G+ 0

 Tweetar



Confira também

[TCE aprova contas do ex-governador Wilson Martins com ressalvas](#)

[Wilson Martins rejeita ir para Senado e garante que será governador](#)

[Presidente do PSD Estadual declara apoio ao governador Wilson Martins](#)

[Governador reage e diz que vai responder PSDB na justiça](#)

As contas do governador Wilson Martins (PSB), referente ao exercício de 2012, foram aprovadas com ressalvas pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), durante sessão extraordinária nesta segunda-feira (28). O relator foi o conselheiro Kennedy Barros Araújo, que se manifestou pela emissão de parecer prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas de Governo.

O parecer seguiu o relatório do Ministério Público de Contas (MPC), que recomendou a aprovação das contas, embora apontando falhas na documentação fornecida pelo Governo do Estado. Essas falhas dizem respeito à inobservância de determinação legal quanto ao número de cargos comissionados e não aplicação de recursos previstos em lei nas áreas de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, entre outras.

Segundo o relatório do MPC, as falhas foram sanadas ou não tiveram potencial para provocar a rejeição das contas, merecendo, no entanto, recomendação para a adoção de providências pelo Estado para correção. Por outro lado, o relatório aponta aplicação de percentuais acima do que manda a lei em áreas essenciais, como saúde e educação. Em saúde, foram aplicados 13,15%, acima do limite constitucional de 12% das receitas de impostos e dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Na educação, por sua vez, foram aplicados 25,92% das receitas estaduais, acima do mínimo de 25% determinado em lei. Em seu

parecer, o conselheiro-relator Kennedy Barros também votou pela comunicação ao atual governador do Estado para que adote as recomendações contidas no parecer do MPC, a fim de que as falhas detectadas sejam corrigidas, e também pela remessa de cópias dos autos à Assembleia Legislativa.

TCE aponta falhas em prestação de contas do ex-governador Wilson Martins

28/03/2016 • 16:39

Da Redação do Portal AZ

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) aprovou com ressalvas a prestação de contas do governador Wilson Martins (PSB), referente ao exercício de 2012, durante sessão extraordinária nesta segunda-feira (28). O relator foi o conselheiro Kennedy Barros Araújo, que se manifestou pela emissão de parecer prévio recomendando à Assembleia Legislativa a aprovação das contas de Governo.



O parecer seguiu o relatório do Ministério Público de Contas (MPC), que recomendou a aprovação das contas, embora apontando falhas na documentação fornecida pelo Governo do Estado. Essas falhas dizem respeito à inobservância de determinação legal quanto ao número de cargos comissionados e não aplicação de recursos previstos em lei nas áreas de desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, entre outras.

Segundo o relatório do MPC, as falhas foram sanadas ou não tiveram potencial para provocar a rejeição das contas, merecendo, no entanto, recomendação para a adoção de providências pelo Estado para correção. Por outro lado, o relatório aponta aplicação de percentuais acima do que manda a lei em áreas essenciais, como saúde e educação. Em saúde, foram aplicados 13,15%, acima do limite constitucional de 12% das receitas de impostos e dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Na educação, por sua vez, foram aplicados 25,92% das receitas estaduais, acima do mínimo de 25% determinado em lei. Em seu parecer, o conselheiro-relator Kennedy Barros também votou pela comunicação ao atual governador do Estado para que adote as recomendações contidas no parecer do MPC, a fim de que as falhas detectadas sejam corrigidas, e também pela remessa de cópias dos autos à Assembleia Legislativa.



Várias ressalvas - 29/03/2016 às 07h23

Wilsão não levou nenhuma multa por manter 201 comissionados ilegais na UESPI

Curtir 0

Tweet

G+ 0

Compartilhar

O Tribunal de Contas do [Estado](#) aprovou, apenas com algumas ressalvas, as contas do ano de 2012, período do governo Wilson Martins (PSB). A auditoria das contas de governo foi realizada em 2014.

[Foram](#) várias ressalvas e irregularidades pontadas pelos auditores do TCE, não sanadas pelo ex-governador. Mesmo assim, até o Ministério [Público](#) de Contas apontou que as falhas não seriam suficientes para que as contas fossem reprovadas. Nem multa alguma foi aplicada.

Dentre as irregularidades foi citada a manutenção de 201 cargos comissionais ilegais na UESPI no ano de 2012. A resposta de Wilson Martins foi que "essa situação da UESPI existe há décadas". A [desculpa](#) colou.

AUDITORIA:

Vide no quadro abaixo a inadequação entre o número de cargos comissionados à quantidade prevista em lei:

Gratificação	Qtde. de Cargos autorizados em Lei e Decreto	Qtde. de Cargos Existentes em Dez/2012
DAS 02	24	156
DAS 03	59	70
DAS 04	15	39
DAI 04	06	-
DAI 05	10	-
DAI 06	07	21
DAI 07	46	82
Total	167	368

Fonte: Decreto nº8.612/92 e Lei nº 4.619/93 e Infofolha/2012

Observa-se a quantidade de 201 cargos comissionados acima do autorizado bem como a urgência na atualização da legislação referente aos quantitativos necessários à realidade da citada Instituição.

RESPOSTA DE WILSÃO:

Com relação a este item Informamos a essa Corte de Contas o seguinte:

1) Lembramos que a UESPI pretendia criar uma quantidade absurda de cargos em comissão, o que levou o Governador a solicitar uma readequação.

2) Essa situação da UESPI existe há décadas.

Portanto, trata-se de situação pontual, que depende, ainda, de uma solução definitiva por parte do Poder Executivo, devendo tal impropriedade ser apontada pontualmente, quando da análise da Prestação de Contas Anual da UESPI, por essa Colenda Corte de Contas, a fim de que o Governo do Estado possa implementar as recomendações ali apontadas pelos Técnicos desse Tribunal de Contas.